



1
2
3
4
5
6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7
8

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

9
10

Aprovada na 20ª R.E. CERHI-RJ, em 09.06.2015

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13h30min, realizou-se a 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros titulares:** Gisela Torres Homem (SEA – substituto), Eliane Barbosa (INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandez Bez (FIPERJ), Marcos Pacheco (Prefeitura de São João da Barra - Substituto), Fátima Lopes Soares (INEA), Eliane Pinto Barbosa (INEA), José Miguel da Silva (Apedema-RJ); Antônio Linhares Sobrinho (Apedema-RJ); Katia dos Santos V. Braga (CCROM), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), Gerson Cardoso (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Arnaldo Vila Nova (CBH LSJ - Substituto), Jaime Teixeira Azulay (CEDAE), José Gomes Barbosa (LIGHT), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Vinicius Crespo (Fecomercio), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN); **membros suplentes:** Livia Soalheiro Romano (INEA), Elisa Bento (DRM), Vera Martins (Acampar-RJ), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Alexandre Carlos Braga (CBH Baía de Guanabara), Sidney Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Keila Ferreira (Prolagos), **ausências justificadas:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Eloisa Elena (SEA), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt - Titular); David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani - Suplente), João Gomes de Siqueira (UENF - Titular), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu - Titular), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul - Titular), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN – Titular), Cláudio César B. Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional - Suplente), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), José do Amaral Ribeiro (Sindicato Rural de Campos); **ausências:** Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis - Titular), Marco Aurélio D. Porto (INEA - Titular), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta Redonda), Flávia Lanari (Apalma - Titular), Marcos Sant’anna Lacerda (Instituto Terrazul - Titular), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil - Titular), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA - Suplente); Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras - Suplente), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí - Suplente), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana - Suplente), Teresa Priscila D. Gomes (Instituto Ipanema - Suplente), Maurício Fernandes (O nosso vale! A nossa vida! - Suplente), Marcelo Bassi Costa (Instituto Aço Brasil - Titular), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente); Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ - Titular), **convidados:** lista sem nenhuma assinatura. Esta reunião teve início às 14h40min, com um único item de pauta: **Apresentação do relatório PROGESTÃO 2014.** A Srta. Livia Soalheiro, atual gerente da GEAGUA e responsável pelo PROGESTÃO na DIGAT/INEA, deu início a reunião, contextualizando o PROGESTÃO 2014, ou seja, a base dele é feita no ano de 2014, então foi analisado o terceiro ano do PROGESTÃO. É o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas é um programa de incentivo financeiro, por meio de pagamentos por resultados, após verificação de metas atingidas, para melhoria e fortalecimento da gestão das águas nos estados brasileiros. Este programa foi lançado pela Agência Nacional de Águas em março de 2013 e, consiste em um dos instrumentos do Pacto Nacional pela Gestão das Águas. O Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas através da publicação do Decreto Estadual nº 44.445, de 18 de outubro de 2013. Com a edição da norma estadual foi determinado que o Instituto Estadual do Ambiente – Inea ficasse responsável pela

53 coordenação das ações inerentes à implementação do Pacto, que deverá observar as metas de
54 cooperação federativa e de desenvolvimento institucional acordadas com a Agência Nacional
55 de Águas - ANA. Com o objetivo de cumprir a atribuição, que lhe foi dada pelo Decreto
56 Estadual, o Inea articulou e organizou, ainda em 2013, junto com a ANA e o Conselho Estadual
57 de Recursos Hídricos – CERHI-RJ uma oficina de trabalho com o objetivo de conhecer melhor o
58 Progestão, esclarecendo dúvidas sobre a sua aprovação, elaboração e certificação das metas a
59 serem pactuadas. No dia 08 de novembro de 2013 foi realizada a 53ª reunião ordinária do
60 CERHI–RJ que teve como itens de pauta a apresentação pela ANA do Progestão e a aprovação
61 das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual propostas na Oficina. As
62 metas foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Estadual que definiu que o
63 desenvolvimento do pacto deve ser acompanhado pelo plenário deste órgão, com o prévio
64 parecer de suas câmaras técnicas. O contrato 092/ANA/2013 celebrado entre ANA, Inea e
65 CERHI-RJ foi publicado no dia 17/12/2013, tendo como objeto a transferência de recursos da
66 ANA ao Inea, no âmbito do PROGESTÃO, na forma do pagamento pelo alcance de metas de
67 gerenciamento de recursos hídricos. A primeira parcela de recursos no valor de R\$750.000,00
68 (setecentos e cinquenta mil reais) foi repassada ao Inea ainda em dezembro de 2013. O
69 repasse deste recurso estava condicionado à aprovação de metas pelo CERHI-RJ. Para o
70 recebimento da parcela de R\$750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais) referentes ao ano 2
71 (2013) do programa foi necessário comprovar o atendimento a todas as metas federativas e a,
72 pelo menos, 14 das 32 variáveis de gestão estaduais. O relatório comprovando o cumprimento
73 das metas foi aprovado pelo CERHI-RJ, assinado pela presidente do Inea e pelo presidente do
74 CERHI-RJ, e encaminhado à ANA até o dia 31/03/2014. A parcela referente ao ano 2 foi
75 repassada ao Inea no mês de agosto de 2014. O recebimento da parcela de
76 R\$750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais) referentes ao ano 3 (2014) do programa está
77 condicionado à comprovação do atendimento a todas as metas federativas e a, pelo menos, 18
78 das 32 variáveis de gestão estaduais. O relatório comprovando o cumprimento das metas
79 aprovado pelo CERHI-RJ, assinado pela presidente do Inea e pelo presidente do CERHI-RJ, e
80 encaminhado à ANA no dia 31/03/2015. A Diretoria de Gestão das Águas e do Território,
81 através da Gerência de Gestão Participativa das Águas, acompanha o desenvolvimento deste
82 programa. As metas federativas são compactuadas entre o órgão gestor e a agência nacional
83 de águas e são de cumprimento exclusivo do órgão gestor. **Metas federativas: 1)** Integração de
84 dados de usuários de recursos hídricos, que é a utilização do CNARH e o aumento do número
85 de usuários cadastrados, que teve sua comprovação através do CNARH e a acompanhado pela
86 ANA; **2)** Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas é o preenchimento do
87 relatório de águas subterrâneas da ANA, com prazo estipulado por esta agência; **3)**
88 Contribuição para difusão do conhecimento é o repasse das informações necessárias à
89 conclusão do relatório de conjuntura de recursos hídricos; **4)** Prevenção de eventos
90 hidrológicos críticos é o manual operativo da sala de situação, que já existia e foi aperfeiçoado
91 e atualizado; **5)** Atuação para segurança de barragens é um relatório que temos junto à ANA.
92 Todas as metas federativas foram atingidas em sua plenitude, sendo entregues a ANA dentro
93 do prazo. Passou, então, para variáveis de gestão estaduais, onde explicou que estas devem
94 ser corroboradas e aprovadas pelo CERHI-RJ, conforme foi feito nesta reunião. Informou que o
95 PROGESTÃO é um contrato progressivo, que ano passado atingiu 5, este ano 6 e ano que vem
96 serão 7, onde o objetivo é em um determinado momento atingir todas as variáveis. Um
97 exemplo para se ter uma noção do aumento, ano passado foi necessário atingir 14 variáveis de
98 gestão estadual, e este ano são 18. Dando continuidade, citou os **Instrumentos legais,**
99 **institucionais e de articulação social que tem 10 variáveis (alcance mínimo: 6 variáveis):** 1)
100 Organização Institucional do Sistema de Gestão (Atingido), 2) Organismo(s)
101 Coordenador/Gestor (Atingido), 3) Gestão de processos (Atingido), 4) Arcabouço legal
102 (Atingido), 5) Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Atingido), 6) Comitês de Bacias e
103 Organismos Colegiados (Atingido), 7) Agências de Água e Entidades Delegatárias (Atingido), 8)
104 Comunicação Social e Difusão (Não atingido), 9) Capacitação Setorial (Não atingido) e 10)
105 Articulação com Setores Usuários e Transversais (Atingido); os **Instrumentos de Planejamento**
106 **(alcance mínimo: 5 variáveis):** 1) Balanço Hídrico, 2) Divisão Hidrográfica, 3) Planejamento

107 Estratégico Institucional, 4) Plano Estadual de Recursos Hídricos, 5) Planos de Bacias, 6)
108 Enquadramento, 7) Estudos Especiais de Gestão, 8) Modelos e 9) Sistemas de Suporte à
109 Decisão; os **Instrumentos de informação e suporte (alcance mínimo de 3 variáveis)**: 1) Base
110 Cartográfica (Atingido), 2) Cadastros de Usuários e Infraestrutura (Atingido), 3)
111 Monitoramento Hidrometeorológico (Atingido), 4) Monitoramento de Qualidade de Água
112 (Atingido), 5) Sistema de Informações (Não atingido), 6) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
113 (Atingido); os **Instrumentos operacionais (alcance mínimo de 4 variáveis)**: 1) Outorga de
114 direito de uso (Atingido), 2) Fiscalização (Atingido), 3) Cobrança (Atingido), 4) Sustentabilidade
115 Financeira do Sistema de Gestão (Atingido), 5) Infraestrutura Hídrica (Atingido), 6) Gestão e
116 controle de Eventos Críticos (Atingido), 7) Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Atingido) e 8)
117 Programas Indutores (Atingido). A Srta. Livia Soalheiro lembrou que o nível é o
118 enquadramento dado de acordo com as situações vivenciadas no estado, e o INEA ficou entre
119 os conceitos C e D, e o CERHI-RJ optou pelo conceito D. Em seguida, apresentou o relatório do
120 PROGESTÃO 2014, enviado por e-mail junto com a convocação, ressaltando o alcance das
121 metas variáveis estaduais de gestão, que é o objeto deste Conselho. O relatório na íntegra
122 encontra-se anexo a esta ata para consulta e leitura complementar. **1.1)Organização**
123 **Institucional do Sistema**(nível adotado 5): A essência desta resposta é as áreas de obras, de
124 gestão ambiental e de recursos hídricos estão em um só organismo, assim não há conflito de
125 comunicação. Pode ser que o Conselho entenda que a área de recursos hídricos precise atuar
126 mais proativamente e mais em conjunto com a área de obras e infraestrutura, mas sem haver
127 conflito nem incompatibilidade internamente para que isso aconteça. A Sra. Eliane Barbosa
128 considera importante que o INEA trabalhe as 03 agendas (marrom, verde e azul), pois quando
129 se fala das articulações fala-se das agendas. Muitas vezes as ações das agendas marrom e
130 verde são estruturantes e estruturais e ao invés de trabalhar com áreas, considera necessário
131 trabalhar com agendas, que é assim que o INEA é visto. A sugestão foi aceita por todos e o
132 texto foi alterado (página 13 do relatório). Informou, ainda, que esteve em uma reunião na
133 ALERJ pela manhã onde precisou dar informações de outorga, e que está sendo feito um
134 sistema de informação, a princípio inserindo os dados de outorgas no Portal INEA. Comunicou,
135 ainda, que uma reunião foi realizada com a área de fiscalização, licenciamento e Digat para
136 discutirem o que são os instrumentos de gestão: outorga, aconteceria dentro da Digat, e
137 licença na Dilam, mas que acha que não deve ser uma questão totalmente dividida, mas se
138 juntar e fazer um sistema de informação, como já foi iniciado, com dados de vazões etc,
139 apresentadas em planilhas. Isso até que se consiga fazer um sistema de informação com um
140 banco de dados unificado, através das articulações das agendas internas e dos comitês de
141 bacia. *Meta atingida*. Dando sequencia aos itens e após aprovação do novo texto deste item, a
142 Srta. Livia passou para o item **1.2)Organismo Coordenador/Gestor**(nível adotado 5): Existem e
143 são entidades diferentes, ambas plenamente estruturadas e operantes. O organismo gestor é
144 a SEA, e o coordenador do sistema estadual de recursos hídricos é o INEA, ambos plenamente
145 estruturados e atuantes. Cada ente com sua competência bem definida, sendo a
146 SEA responsável pela formulação de políticas públicas ambientais, inclusive a de recursos
147 hídricos e o Inea, o órgão gestor e executor das políticas formuladas. *Meta atingida*; **1.3)Gestão**
148 **de processos**(nível adotado 3): O organismo gestor dispõe de processos gerenciais e
149 administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos (normas, manuais, rotinas
150 operacionais) para execução de todas suas atribuições institucionais. O organismo gestor
151 dispõe dos processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem
152 estabelecidos para a execução de suas atribuições institucionais. No ano de 2013, foi
153 elaborado o manual operativo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem registrado, em
154 si, todos os fluxos e procedimentos referentes a utilização de recursos deste fundo no que
155 tange ao percentual referente aos Comitês de bacia. Tal manual está em fase de revisão
156 editorial. O Sr. José Paulo considera necessário aprovar nesta reunião o relatório na íntegra,
157 mas lembrou que é muito importante dar continuidade aos assuntos prioritários do
158 PROGESTÃO na CT-IG/CERHI-RJ durante este ano. *Meta atingida*; **1.4)Arcabouço Legal** (nível
159 adotado 4): Há um arcabouço completo, com política estadual de recursos hídricos
160 estabelecida por lei, bem como todos os regulamentos e normativos completamente

161 necessários.Verifica-se no Estado do Rio de Janeiro a existência de um arcabouço legal
162 completo. A Lei Estadual nº 3.239/99 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta e as
163 principais normas estaduais estão compiladas no livro "Base Legal para a Gestão das Águas do
164 estado do Rio de Janeiro" (Portallnea). *Meta atingida; 1.5)***CERHI-RJ** (nível adotado 4): Existe
165 Conselho constituído e atuante na gestão de águas (diversas resoluções, moções e outras
166 decisões tomadas) e funcionando em condições adequadas (reuniões periódicas,
167 comparecimento satisfatório dos seus membros).O Estado do Rio de Janeiro tem seu Conselho
168 Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) constituído desde o ano de 2000. Tal colegiado é
169 plenamente atuante. Realizou, até o final de 2014, 61 reuniões ordinárias, 30 reuniões
170 extraordinárias, além de elaborar 131 resoluções e mais 6 moções, além de grupos de
171 trabalho, quando da necessidade. O Plenário deste Órgão é composto por 30 membros
172 compreendendo representantes de: usuários de água; sociedade civil organizada; poder
173 público municipal, estadual e federal; comitês de bacias em nível estadual. *Meta atingida;*
174 **1.6)Comitês de bacias e Organismos colegiados** (nível adotado 4): Existem comitês estaduais
175 e/ou organismos colegiados de recursos hídricos em todas as bacias/áreas.Com a publicação
176 da Resolução CERHI nº 107, de 22/05/2013, que alterou a divisão hidrográfica do Estado,
177 podemos afirmar que o Rio de Janeiro possui, em nível estadual, comitê de bacia instalado e
178 atuante em todas as suas nove regiões hidrográficas. Além dos comitês de bacias hidrográficas,
179 também encontra-se instalado, ativo e participativo na gestão de recursos hídricos, organismo
180 colegiado importante para o funcionamento do SEGRHI (Portal INEA). É importante ressaltar
181 que temos instalado, e em pleno funcionamento no Estado, o Fórum Fluminense de Comitês
182 de Bacias. *Meta atingida; 1.7)***Agências de Água e Entidades Delegatárias** (nível adotado 3): há
183 apoio ao funcionamento dos organismos colegiados e das secretarias executivas dos Comitês
184 de Bacia Hidrográfica instalados, realizado pela Administração Pública e, em alguns casos, por
185 entidades específicas que atuam como agência de água ou entidades delegatárias de suas
186 funções.Todo o território fluminense é coberto por contratos de gestão com entidades
187 delegatárias para o exercício de funções de agência de águas, sendo ao total 6 contratos em
188 vigor abrangendo todas as regiões hidrográficas do estado. O último contrato firmado foi para
189 apoio ao Comitê Baía de Guanabara e, ainda, encontra-se em fase de implantação. *Meta*
190 *atingida; 1.8)***Comunicação Social e Difusão** (nível adotado 3): Existem diversas ações de
191 comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão, realizadas a partir de
192 uma base técnica profissional e de um planejamento adequado.Atualmente, existem ações
193 pontuais de comunicação social e difusão de informações no âmbito do Sistema Estadual de
194 Recursos Hídricos. Nesse sentido, já foram aprovados pela maioria dos comitês fluminenses
195 recursos para a elaboração dos planos de comunicação. *Meta não atingida; 1.9)***Capacitação**
196 **Setorial** (nível adotado 3): Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas
197 afetos à gestão de recursos hídricos, devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e
198 baseado em estudos de determinações e demandas (por exemplo, DNT).Existem iniciativas
199 isoladas dos diversos setores do sistema estadual, mas não existe, de forma sistematizada, no
200 Estado um programa de capacitação para temas afetos à gestão de recursos hídricos, no
201 entanto os membros do Sistema são estimulados a todo o tempo a participar de capacitações
202 a distância promovida pela ANA, Encontros (Nacional e Estadual) de Comitês de Bacias,
203 seminários técnicos afetos à gestão de recursos hídricos (ex.: SERPASUL). O estímulo ocorre
204 também dentro da própria área de atuação dos comitês quando o mesmo promove seminário
205 ou oficina sobre assunto de sua competência. (ex.: Seminário "Informações, tecnologias e
206 sistemas para a Gestão da Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios").Em seguida leu a relação das
207 capacitações realizadas em 2014, envolvendo os diversos segmentos do sistema, conforme
208 relatório anexo página 15. *Meta não atingida; 1.10)***Articulação com setores usuários e**
209 **transversais** (nível adotado 3): Há uma adequada articulação do poder público com os setores
210 usuários e transversais, não restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual
211 dos comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associações de usuários,
212 associações de açudes).Existe adequada articulação do poder público com o setor usuário não
213 restrita as atividades no âmbito dos organismos colegiados de recursos hídricos. Existindo,
214 inclusive, cooperações técnicas para assuntos específicos (Ex.: mapeamento de processos

internos) e apoios operacionais. Com relação à articulação com os setores transversais percebe-se a necessidade de ampliar a participação dos mesmos junto à área de recursos hídricos, incluindo-se aqui as diversas Secretarias e Órgãos do Estado (Exemplo: DRM, Secretaria de Saúde...), além de Órgãos Federais e Ministérios. *Meta atingida; 2.1) **Balanco Hídrico*** (nível adotado 3): Há conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estadual (aguas superficiais e subterrâneas) em todo o território, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos. No Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado em fevereiro de 2014, o Diagnóstico contém os seguintes temas: a) Disponibilidade Hídrica (quali-quantitativa); b) Demandas Hídricas; c) Balanço Hídrico; d) Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos. Tal diagnóstico foi aprovado pelo grupo de acompanhamento do PERHI, formado pelo plenário do Conselho Estadual em setembro de 2013. Desta forma, podemos afirmar que temos conhecimento das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estadual em todo o território. O relatório mencionado pode ser acessado no Portal INEA. Diante da crise hídrica vivenciada pelo Estado, o conhecimento que se considerava adequado requer aprofundamentos das disponibilidades superficial e subterrânea, observando a necessidade de estudos complementares e levantamento de campo para conhecimento mais profundo das demandas (aperfeiçoamento do cadastro) e disponibilidades hídricas. *Meta atingida; 2.2) **Divisão Hidrográfica*** (nível adotado 3): Há uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida (por lei, decreto ou por resolução do Conselho). Em maio de 2013, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, revisou a divisão hidrográfica existente no Estado, buscando adequar à divisão anterior com as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A Resolução CERHI nº 107, de 22/05/2013 (Porta INEA), encontra-se em fase de estudo, pela CT-IL do CERHI-RJ, uma proposta de decreto reiterando a nova divisão hidrográfica trazida pela Resolução CERHI-RJ nº 107/2013. *Meta atingida; 2.3) **Planejamento Estratégico Institucional***: (nível adotado 3): Há um planejamento estratégico aprovado para orientar ações da administração pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, bem como os instrumentos e as condições necessárias a sua efetiva implementação. Há atualmente um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da administração pública na gestão de recursos hídricos, através do PERHI e dos planos de bacia. Hoje, o que temos no Estado do Rio de Janeiro é, conforme determinação constitucional, o plano plurianual (PPA) que é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que estabelece diretrizes, objetivos e metas, organizando as ações do governo em programas. No PPA fluminense (Portal INEA) o programa 0410 tem como tema a gestão de recursos hídricos. *Meta atingida; 2.4 **Plano Estadual de Recursos Hídricos***: (nível adotado 5): Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo conselho estadual e atualizado, e o mesmo está sendo devidamente apropriado pelos gestores públicos e/ou agentes setoriais. O Plano Estadual de recursos hídricos (PERHI), em desenvolvimento desde 2012, foi aprovado em fevereiro de 2014 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O grupo de acompanhamento do PERHI foi formado pela plenária do CERHI-RJ que debateu e aprovou os relatórios apresentados pela equipe que desenvolveu o plano. Até o final de 2013, foram aprovados todos os produtos do plano e realizadas as seis consultas públicas previstas. Além da realização de uma oficina, no âmbito do CERHI-RJ, com duração de dois dias, onde foi amplamente debatido o plano. Os relatórios do plano podem ser consultados no Portal INEA. Quanto à devida apropriação do PERHI pelos gestores públicos e/ou agentes setoriais, foi criado um grupo de trabalho no âmbito do CERHI que está estabelecendo a priorização das ações previstas no plano, assim como formas de monitoramento das ações ao longo do tempo. *Meta atingida; 2.5 **Planos de bacia***: (nível adotado 3): Boa parte dos comitês estaduais já aprovaram seus planos de bacia. Atualmente, boa parte comitês fluminenses contam com planos de bacia ou instrumentos norteadores aprovados. O comitê Macaé e das Ostras aprovou seu plano de bacia em dezembro de 2013. No caso do Comitê Baía de Guanabara e CBH Guandu os planos são parciais no território, nesse último a pequena complementação do plano se faz necessária e está em curso. O plano do CBH Baía de Guanabara não inclui os sistemas lagunares da RH V, no entanto, já foram aprovados recursos para atualização e inclusão das áreas anteriormente não abrangidas, com

269 destaque para a integração com a gestão costeira. O plano de bacia dos comitês afluentes ao
270 rio Paraíba do Sul (Piabanha, rio Dois Rios, Médio Paraíba do Sul e Baixo Paraíba do Sul) está
271 em revisão pelo CEIVAP. A única região que ainda não possui plano de bacia, nem de forma
272 parcial, é a área de atuação do CBH Baía da Ilha Grande. No entanto, para esta região a
273 Transpetro através de uma condicionante de sua licença vai financiar a elaboração do plano
274 que terá o apoio técnico do órgão gestor. O CBH Lagos São João já aprovou recursos da
275 cobrança pelo uso da água a fim de financiar a atualização de seu plano. *Meta atingida*; **2.6**
276 **Enquadramento** (nível adotado 3): Existem alguns corpos hídricos ou hidrogeológicos
277 enquadrados respectivamente nos termos das resoluções CONAMA nº 357/2005 e 396/2008. O
278 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ aprovou, em agosto de 2014, o
279 enquadramento de alguns corpos hídricos da região hidrográfica II (Guandu). A proposta é de
280 autoria do Comitê e contou com análise técnica do órgão Gestor de Recursos Hídricos. *Meta*
281 *atingida, mas é preciso melhorar*. Sr. Miguel sugeriu que seja feito o enquadramento por
282 trecho de rio para a região da Baía de Guanabara. Comentou que acha necessário: 1) formar
283 um grupo de trabalho sobre enquadramento para que este assunto seja mais bem entendido,
284 para que possa em seguida repercutir com a área da saúde e licenciamento, já que a Resolução
285 CONAMA nº 357 estabelece esta vinculação; 2) realizar reuniões periódicas entre CERHI-RJ e
286 CONEMA; **2.7 Estudos especiais de gestão** (nível adotado 4): existem estudos especiais para
287 diversos temas de interesse da gestão em nível estadual, e esses estudos estão atualizados e
288 são suficientes para orientar as ações de gestão nos aspectos por ele elaborados. No âmbito
289 do PERHI foram elaborados diversos estudos estratégicos de interesse da gestão de recursos
290 hídricos, disponível no Portal Inea. A Srta. Livia apresentou uma relação com outros estudos
291 financiados realizados com recursos da cobrança, conforme relatório anexo, páginas 19 a 25.
292 Além destes, outros foram elaborados pelo próprio Inea, descrito então os principais estudos
293 em desenvolvimento que apoiam a gestão de recursos hídricos, e, se necessário, os
294 responsáveis pelos projetos poderão ser chamados para apresentação; **2.8 Modelos e**
295 **sistemas de suporte à decisão** (nível adotado 3): existem sistemas e/ ou modelos de suporte à
296 decisão operacionais em âmbito estadual, os quais estão integrados às rotinas operacionais
297 e/ou aos processos gerenciais e finalísticos (planejamento, outorga, cobrança, etc). Não
298 existem, de forma integrada, sistemas e modelos de suporte a decisão operacionais em âmbito
299 do Estado. Os sistemas em vigor dão suporte à decisão, mas não possuem interoperabilidade,
300 sendo necessária, inclusive, a criação de novos sistemas. *Meta não atingida*; **3.1 Base**
301 **Cartográfica** (nível adotado 4): Existe uma área específica própria, responsável pelo
302 processamento de dados georreferenciados e capaz de realizar análise do contexto geográfico
303 para a gestão de recursos hídricos, a qual dispõe de uma base digital em formato vetorial para
304 a gestão de recursos hídricos, proveniente da vetorização cartográfica sistêmica (escalas de
305 1:100.000 até 1:25.000) produzidas pelo IBGE ou DSG e de acervo recentes de mapas da
306 cartografia sistemática e/ou imagens de sensores remotos aerotransportados ou orbitais (data
307 de mapeamento ou de geração das imagens até dois anos anteriores, inclusive) que permitem
308 atualizar a geometria e os temas da base digital em formato vetorial do nível, precedente para
309 gestão de recursos hídricos. O INEA possui um robusto acervo de dados espaciais para
310 execução de suas atividades e subsídios ao planejamento e gestão. Dentre uma das principais
311 iniciativas para aperfeiçoamento da gestão de sua base cartográfica, o Instituto implementou o
312 Banco de Dados Espaciais (Projeto BDE), que viabilizou o compartilhamento de dados, a
313 interoperabilidade e a organização entre produtores e usuários de dados e informações
314 geográficas. O INEA, em parceria com o DRM e a SEDEC, encontra-se em fase de negociação
315 junto ao Banco Mundial, intermediado pela SEPLAG e Câmara Metropolitana de Integração,
316 para a elaboração de um mapeamento sistemático em escala de detalhe (< 1: 5.000), a partir
317 de levantamento aerofotogramétrico com utilização de sensor laser (LIDAR). As áreas adotadas
318 na primeira fase do projeto correspondem às áreas urbanas da Região Metropolitana do Rio de
319 Janeiro e à Região Serrana. A previsão é que o projeto esteja concluído em 2016-2017. *Meta*
320 *atingida*; **3.2 Cadastro de Usuários e Infraestrutura**(nível adotado 3): Existe cadastro (>20 %
321 do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infra estrutura hídrica. Existe
322 cadastro de usuários (>20 % do universo de usuários), mas não existe cadastro de

323 infraestrutura hídrica. O Estado adota o CNARH e possui em seus registros número estimado
324 em 30% do universo de seus usuários cadastrados. Nota-se ser necessária uma maior
325 dedicação aos cadastros relacionados ao uso de água subterrânea. **3.3 Monitoramento**
326 **Hidrometeorológico** (nível adotado 4): Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas
327 em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação,
328 ampliação e modernização dessas redes, e a cobertura é igual ou superior a 30 % da rede
329 planejada. Existe rede hidrometeorológica em operação, tanto para fins de alerta, quanto para
330 fins de estudo e planejamento estratégico (rede básica) que cobre boa parte do Estado do Rio
331 de Janeiro. Em 2014 algumas estações da rede básica foram modernizadas, e hoje essa rede
332 conta com 40 estações telemétricas. O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio
333 de Janeiro identificou áreas com necessidades de monitoramento e estabeleceu metas de
334 curto, médio e longo prazo para a expansão da rede telemétrica do Estado. O INEA vem
335 buscando o atendimento destas metas em parceria com a Agência Nacional de Águas que
336 sempre deu apoio na ampliação da rede de monitoramento. *Meta atingida;* **3.4**
337 **Monitoramento de qualidade de água** (nível adotado 4): Existe uma rede de qualidade de
338 água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, com pelo menos
339 50% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme
340 diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade
341 de Águas (PNQA) e os dados gerados são disponibilizados ao SNIRH. Existe rede de qualidade
342 de água em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, atendendo a mais de
343 50% dos pontos previstos no RNQA. Os dados são repassados para a ANA calcular o IQA,
344 anualmente. *Meta atingida;* **3.5 Sistema de informações** (nível adotado 3): Existem
345 informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em banco de dados, bem
346 como ferramental computacional que permita acessá-las e analisa-las em seu conjunto de
347 forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do
348 usos da água. Não há sistema de informação no âmbito do Estado, mas existem iniciativas nos
349 diversos entes da gestão. Exemplo: Sistema de Informações contratado pelo CEIVAP. Além
350 disso, foi aprovado em 2013, projeto a ser financiado pelo Fundo Estadual de Conservação
351 Ambiental (FECAM) que será o primeiro passo para atendimento deste item. *Meta não*
352 *atingida;* **3.6 Pesquisa e desenvolvimento** (nível adotado 3): Existem ações financiadas e/ou
353 promovidas no âmbito estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas as pesquisas
354 científicas e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse as quais fazem parte de um
355 plano ou programa mais amplo e estruturado, mas os resultados ainda não são
356 adequadamente apropriados para inovação e/ou capacitação. Existem ações financiadas no
357 âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltados à pesquisa
358 científica as quais fazem parte de um programa em desenvolvimento. As ações existentes são
359 financiadas pelo CBH Guandu, que já conta com um programa estruturado de bolsas e
360 incentivos à pesquisa, e também pelo CBH MPS. Existe, ainda, um projeto de qualidade de
361 água, financiado com o recurso do FUNDRHI do Comitê Piabonha. *Meta atingida;* **4.1 Outorga**
362 **de direito de uso** (nível adotado 5): Há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para
363 captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados mais de
364 30% do universo de usuários. Há emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos
365 para captação de água, bem como outorga de lançamento de efluentes equivalente a mais de
366 30 % do universo de usuários cadastrados. Destaca-se que é importante avançar na questão da
367 outorga de lançamento de efluentes, analisando a qualidade do efluente, incluindo outros
368 parâmetros, além da DBO. *Meta atingida;* **4.2 Fiscalização** (nível adotado 4): Há fiscalização
369 dos usuários outorgados atreladas ao processo de regularização do usos da água
370 (cadastramento, outorga), e estrutura específica para desenvolvimento das ações de
371 fiscalização, mas essas decorrem basicamente em função de denúncias, não existindo ainda
372 planejamento ou programação regular de fiscalização. Existe no Inea estrutura específica para
373 as ações de fiscalização (Coordenadoria de Geral de Fiscalização e Superintendências
374 regionais). No entanto, em sua grande maioria, as ações decorrem em função de denúncias. É
375 importante dizer que nas superintendências regionais do Inea existem ações de fiscalização
376 pré-programadas específicas para a regularização do uso da água. Existe, ainda, a fiscalização

377 por parte dos entes municipais. *Meta atingida*; **4.3 Cobrança** (nível adotado 4): Existe cobrança
378 por serviços de água bruta e/ou pelo uso da água em âmbito estadual, e os valores e
379 mecanismos de cobrança estão atualizados e são adequados ao alcance dos objetivos do
380 instrumento de gestão. Existe no Estado do Rio de Janeiro cobrança pelo uso da água bruta e
381 os mecanismos de cobrança são adequados ao alcance dos objetivos do instrumento de
382 gestão. A cobrança foi estipulada pelas Leis Estaduais nº 4.247/03 e 5.234/07, cabendo a sua
383 revisão aos comitês de bacia. A cobrança pelo uso da água está instituída em todo o território
384 fluminense. Neste item a Srta. Lívia Romano informou que foi discutido na 12ª R.E. Conjunta
385 das CTs na parte da manhã que estes valores estão adequados, havendo um consenso de que
386 estão defasados, mas que no momento não há nenhuma atitude prática de qualquer Comitê
387 Fluminense em discutir a cobrança, mas sim ser revista posteriormente. Com relação ao
388 mecanismo de cobrança entende-se que foi adequado, mas que necessita de atualização de
389 valor. *Meta atingida*; **4.4 Sustentabilidade financeira do sistema de gestão** (nível adotado 4):
390 O sistema Estadual de Recursos Hídricos dispõe de fontes próprias de arrecadação (ex.:
391 cobrança pelo uso da água, cobrança por serviços de água bruta, multas, taxas, emolumentos,
392 etc), mas essa arrecadação representa mais de 20% dos recursos financeiros necessários para
393 garantir a sua sustentabilidade. O Sistema Estadual de Recursos Hídricos depende de fonte
394 própria de arrecadação (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI instituído pelo
395 Decreto Estadual nº 35.724/04) e, esta arrecadação representa mais de 20% dos recursos
396 financeiros necessários para garantir a sustentabilidade financeira do sistema. *Meta atingida*;
397 **4.5 Infraestrutura hídrica** (nível adotado 3): A área de recursos hídricos tem razoável
398 participação e influência na gestão de infraestrutura hídrica (planejamento de obras
399 administração, manutenção, operação), não restrita apenas aos aspectos regulatórios básicos
400 (autorizações, outorgas, etc), sendo responsável pela definição de normas gerais, manuais,
401 modos operacionais, modelos de execução de obras. A área de recursos hídricos tem relevante
402 participação e influência na gestão de Infraestrutura hídrica, vez que a área de obras de
403 recuperação ambiental e de recursos hídricos encontram-se no mesmo órgão. Desta forma,
404 não fica a área de recursos hídricos restrita apenas aos aspectos regulatórios básicos, sendo
405 esta responsável também pela elaboração de manuais/guias, além de projetos de forma
406 conjunta com a área de infraestrutura hídrica. *Meta atingida*; **4.6 Gestão e controle de**
407 **eventos críticos** (nível adotado 4): Há infraestrutura e procedimentos instituídos para
408 monitoramento de eventos críticos, bem como planejamento e execução de ações de controle
409 e mitigação de efeitos de eventos hidrológicos extremos, existindo adequada articulação entre
410 os atores e integração federativa para implementação dessas ações. A infraestrutura montada
411 para o monitoramento de eventos críticos contava em 2014 com uma equipe de manutenção,
412 composta por quatro técnicos, e outra equipe de monitoramento, com cinco técnicos e dois
413 meteorologistas. Os procedimentos incluem o monitoramento contínuo da rede telemétrica e
414 de outras ferramentas, como imagens de satélite, radares meteorológicos e um sistema de
415 detecção de descargas atmosféricas. Faz parte dos procedimentos a confecção diária de
416 previsão hidrometeorológica para o estado, a emissão de alertas, informes e posteriores
417 relatórios. A equipe também ficava responsável por conferir o recebimento dos dados na
418 página e acionar a equipe de manutenção quando necessário. É importante dizer que existe no
419 Estado plano de contingência da defesa civil e do Inea, além de uma matriz institucional. O
420 INEA, por meio da Diretoria de Gestão das Águas e do Território – DIGAT, tem desenvolvido
421 ações voltadas para o planejamento territorial e a prevenção e mitigação do risco de
422 inundações. Os projetos estão sendo desenvolvidos pela Gerência de Instrumentos de Gestão
423 do Território – GEGET, em parceria com a COPPEs, Coordenadoria de Planejamento e Projetos
424 Estratégicos, conforme relatório anexo. *Meta atingida*; **4.7 Fundo Estadual de Recursos**
425 **Hídricos** (nível adotado 5): existe Fundo estadual de recursos hídricos previsto em lei, já
426 devidamente regulamentado, operando regularmente, e a aplicação dos seus recursos está
427 devidamente articulada com os demais processos e instrumentos de gestão sob
428 responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos. Existe Fundo Estadual de Recursos
429 Hídricos (FUNDRHI), sua criação está prevista na Lei Estadual nº 3.239/99 e regulamentação no
430 decreto estadual nº 35.724/04. O FUNDRHI é operante e a aplicação de seus recursos respeita

431 as diretrizes contidas nos respectivos planos de bacias e demais instrumentos de gestão. *Meta*
432 *atingida*; e, finalizando a apresentação do Relatório PROGESTÃO 2014, a Srta. Livia Romano
433 passou para o **4.8 Programas indutores** (nível adotado 3): Existem alguns programas e/ou
434 projetos indutores para a gestão de recursos hídricos em nível estadual (ex. incentivos fiscais,
435 pagamento por serviços ambientais, premiação de boas práticas, etc.), os quais contam com a
436 participação e apoio dos atores sociais e da administração pública. A Lei Estadual nº 3.239/99
437 prevê o programa estadual de conservação e revitalização dos recursos hídricos – PROHIDRO,
438 regulamentado através do Decreto Estadual nº 42.029/11 que cria o PRÓ-PSA, Programa
439 Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Atualmente existem ações de PSA aprovadas
440 por diversos Comitês. *Meta atingida*. Em seguida destacamos os questionamentos, informes e
441 encaminhamentos desta reunião. **Questionamentos: 1)** Durante o item **Instrumentos**
442 **operacionais** a Sra. Elisa Bento (DRM), Coordenadora da CT-AS/CERHI-RJ, comentou, em nome
443 do DRM bem como do INEA, pois já foi coordenadora do serviço de outorga do INEA em
444 2010/2011, que a discussão de em qual diretoria a outorga deveria ficar, é algo que acontece
445 desde a criação do INEA. Havia uma discussão antiga de colocar a outorga na Digat, mas acha
446 que talvez pudesse atrapalhar o licenciamento. Mas hoje houve uma mudança de visão,
447 considerada um avanço, que veio um pouco tarde talvez pela questão da crise, para ajustar e
448 colocar a outorga onde ela realmente deve ficar, tendo em vista a importância que tem e
449 dentro do sistema de gestão, e não como algo que impedia o andamento dos licenciamentos.
450 Falou, ainda, que o setor tentava caminhar junto com a DIGAT à medida que era possível, mas
451 às vezes não conseguia avançar em função da diretoria responsável. A Sra. Eliane Barbosa
452 lembrou como foi importante à junção dos órgãos, há 06 anos, para que possam estudar onde
453 está o maior gargalo e encontrar uma maneira de agilizar o licenciamento. Comentou que está
454 na hora de se rever o planejamento estratégico interno, verificar quais são as ações que estão
455 por trás dessas questões, pois o que foi feito anteriormente não é a realidade de hoje e isso
456 precisa melhorar, independente de realocar ou não a outorga; **2)** O Sr. José Miguel (APEDEMA)
457 comentou durante a reunião que uma das questões importantes é aproximar as câmaras
458 técnicas do CERHI-RJ das do CONEMA que tratam dos mesmos assuntos, ora licenciamento vai
459 interferir na outorga, ora a outorga vai interferir no licenciamento, mas que para isso é preciso
460 das informações de cadastro de usuário para que possa determinar ou não o que pode ser
461 licenciado ou ajustado à capacidade da bacia; **3)** No item **Balanco Hídrico** o Sr. José Miguel da
462 Silva (APEDEMA-RJ) lembrou que há 02 anos pediu para Sra. Moema Versiani Acselrad
463 (GEIRH/INEA) passar informações sobre disponibilidade hídrica na baixada Fluminense, mais
464 especificamente no oeste da Baía de Guanabara, já que a cidade do Rio de Janeiro tem esses
465 dados disponíveis. Sugeriu que cada comitê ou subcomitê possa ter o cadastro de outorga
466 existente para fazer um levantamento, ao invés de esperar 02 anos por este cadastro. Outra
467 ponto citado pelo representante da APEDEMA-RJ, foi sobre disponibilidade hídrica, vazões que
468 dependem de decisões de outros estados, pois não considera ser adequada diante desta crise
469 hídrica. O Sr. Aderson Marques Martins (ABAS) pediu a palavra e disse, como membro da CT-
470 AS/CERHI-RJ, que não há ainda um conhecimento suficiente na parte de água subterrânea.
471 Informou que existem alguns estudos de aquíferos, como o Guarani em Campos, e, ainda, que
472 foi proposto em uma palestra na semana da água que seja colocado no Portal Inea, bem como
473 seja organizada uma palestra em cada comitê de bacia. A Sra. Elisa Bento (DRM),
474 Coordenadora da CT-AS/CERHI-RJ, informou que seria uma ação da CT-AS/CERHI-RJ para este
475 ano: conseguir implementar o que foi elencado e dado como prioridade no plano estadual de
476 recursos hídricos relacionados às águas subterrâneas, iniciando pelo nivelamento de
477 conhecimento de comitês, já que muitos não tem noção de como deve tratar esta questão. A
478 ideia é ir a cada CBH conversar sobre isso, saber a realidade deste assunto em cada um deles
479 para estudar e ver como tratarão essa questão. O Sr. Roberto Machado, no intuito de
480 corroborar, comentou que neste mesmo curso citado pelo Sr. Aderson Martins foi falado em
481 aproveitar o cadastro de poços cartesianos para poder fazer um balanço hídrico subterrâneo,
482 já que é difícil realizar esse controle/análise nesta área; **4)** A Sra. Eliane Barbosa comentou que
483 considera necessário levar o INEA e as ações do estado para dentro dos comitês, inclusive as
484 do DRM que é parceiro deste Instituto, isto é, o que e de que forma está acontecendo para

485 que todos tenham consciência, bem como para interagir e nivelar, para ver o que se pode
486 acrescentar para melhorar. A Secretária Executiva do CERHI-RJ, falou que pensou em fazer em
487 dois momentos, separando o que é a vertente Paraíba do Sul, juntando os 04 comitês e os 05
488 da vertente Atlântica, realizando reunião de dia inteiro, com todos os representantes dos CBHs
489 e outros órgãos com assento neste Conselho, para que possam trazer contribuições onde o
490 INEA se predisponha já separando os assuntos e os grupos, como por exemplo: a oferta
491 vetorial, com os programas e os mapas já existentes, modelos e sistemas junto aos comitês de
492 bacia (Lívia Soalheiro);**5)** Foi comentado durante o **item 2.3** do relatório PROGESTÃO que o
493 PERHI pode ser um auxiliar para o organismo gestor na gestão de recursos hídricos, mas foi
494 questionado se há um planejamento estratégico específico para o Órgão Gestor. A Sra. Eliane
495 Barbosa informou que existe sim no Plano Estadual de Recursos Hídricos, pois contempla
496 exatamente informando como o Órgão Gestor deve atuar e quais são as prioridades.
497 Comentou que como o Plano é muito extenso é mais difícil que todos realizem a leitura até o
498 final, mas que ele deve servir de “bíblia”, mesmo com falhas existentes que devem ser
499 apuradas e revisadas. A hierarquização do Plano deve ser revista com maior frequência para
500 mantê-lo atualizado. Finalizou informando que o plano não é só para recursos hídricos,
501 existem também outras questões e problemas do Órgão Gestor; **6)** O Sr. José Miguel da Silva
502 (APDEMA-RJ) comentou no item **2.5 Planos de bacia** onde o CBH BIG foi citado, que houve
503 uma condicionante de licença ambiental e que houve jurisprudência. Falou que para melhorar
504 o monitoramento que aproveite as oportunidades, como por exemplo, de licenças ambientais,
505 como foi feito com o CBH BIG, para que aportemos recursos para melhoria de monitoramento
506 e outras ações interessantes aos recursos hídricos e comitês de bacia;**7)** No item **3.1** do
507 relatório, o Sr. José Miguel da Silva comentou que considera importante que sejam repassadas
508 informações sistematizadas sobre a base cartográfica aos comitês, e sugeriu que este relatório
509 seja pauta da próxima reunião da CT-IG para que alguns pontos sejam discutidos; **e8)** O Sr. José
510 Paulo comentou no item **4.4 Sustentabilidade financeira do sistema de gestão** que: na eleição
511 do CBH Baía de Guanabara ficou bem patente que os usuários do BG são os de água tratada, e
512 que portanto a lógica da gestão, que é onde o CERHI-RJ tem atuação, não é exatamente
513 verdade. A Sra. Eliane Barbosa informou que pela regra não tem cobrança para água tratada,
514 tem sim em cima de efluentes, mas que não é cobrado. **Informes: 1)** A Sra. Eliane Barbosa
515 informou que foi realizada uma reunião, onde o setor elétrico Fluminense e as concessionárias
516 de saneamento (Cedae, Prolagos e Águas do Brasil, que representou Águas de Juturnaíba e
517 Águas de Niterói) foram convidados com o intuito de formar uma PPP, tendo o objetivo
518 principal de aumentar e fortalecer a rede quali-quantitativa; **2)** A Srta. Lívia Soalheiro informou
519 que, por solicitação da Sra. Eliane Barbosa, foi feita uma consulta à Procuradoria do INEA sobre
520 a identidade visual do CERHI-RJ, como por exemplo, se o Conselho deve ou não continuar a
521 usar o brasão/logo do estado. Após o recebimento desta orientação, será dado início a
522 elaboração do site do CERHI-RJ, tendo em vista que já foi discutido em algumas reuniões, onde
523 todos concordam com tal necessidade e já que o portal INEA não comporta todas as
524 informações necessárias. Diante desta necessidade, a Agevap pro ativamente, já começou a
525 elaborar um modelo que servirá de base para discutir nas CTs do CERHI-RJ;**3)** Sr. Aderson
526 Martins informou que existe uma Resolução da ANA que determina o monitoramento das
527 águas dos principais aquíferos das bacias do Brasil. Lembrou que no estado do RJ foi feito um
528 projeto recentemente que a Petrobras perfurou diversos poços, para monitorar um aquífero
529 Emboré na bacia de Campos . Quis dizer com isso que como o INEA tem acesso a estes diversos
530 dados, que poderia incorporar às informações no Portal Inea; **e4)** A Sra. Eliane Barbosa
531 comentou que o sistema de alerta de cheia/escassez do INEA está parado por conta de
532 mudança de contrato e corte de gastos no Governo, atingindo diretamente o FECAM (Fundo
533 Estadual de Conservação Ambiental) e aporte de recursos, mas está dando bastante orgulho
534 porque é participativo, é um avanço e tem recebe as contribuições das Prefeituras, embora o
535 INEA ainda não tenha um sistema de informação que consiga agregar, integrar e unificar todos
536 os dados necessários para informar a situação em tempo real aos Comitês para comunicar e
537 alertar, dando tempo assim de providências emergenciais. **Encaminhamentos: 1)** Inserir os e-

539 mails dos CBHs que não fazem parte da relação de membros, bem como de todas as
540 delegatárias na lista de e-mails do CERHI-RJ, para a qual enviamos todas as convocações das
541 plenárias; **2)** A Sra. Eliane Barbosa informou que esteve nesta data em reunião na ALERJ,
542 representando o INEA, realizou Presidente do CERHI-RJ, Sr. Décio Tubbs, entrar em contato
543 urgente com o presidente da CPI, Dr. Luiz Paulo Correia da Rocha para que se manifeste;**3)** A
544 Sra. Eliane Barbosa informou que tem todos os dados atualizados sobre as estações
545 pluviométricas, telemétricas, rede básica e qualidade de água, e que enviará para todos
546 posteriormente, mas que constam no Portal Inea; e **4)** O relatório será transformado em PDF e
547 enviado para todos os membros do CERHI-RJ por e-mail, bem como enviado à ANA através de
548 carta registrada na presente data. E nada mais havendo a tratar, a Secretária Executiva do
549 CERHI-RJ, a Sra. Eliane Barbosa agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 19ª
550 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18h.
551

552

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ

Apno.– 28.05.2015
